

Líderes não chegam a acordo sobre o recesso do Congresso

■ Proposta de adiar votação da LDO não obtém consenso

BRASÍLIA — Os líderes partidários não entraram em acordo sobre a data do início do recesso parlamentar, previsto na Constituição para 1º de julho. Em reunião no gabinete da presidência do Congresso, lideranças da Câmara e do Senado tentaram organizar a pauta de votações — que inclui 15 medidas provisórias, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e o orçamento deste ano, mas adiaram a decisão para hoje.

O presidente da Câmara, Inocêncio Oliveira (PFL-PE), defendeu o adiamento da votação da LDO por uma semana, até que a comissão de Orçamento conclua, a 11 de julho, a apreciação da proposta or-

çamentária deste ano. É que a Constituição determina a prorrogação automática dos trabalhos, sem custos adicionais para o Legislativo, até que o Congresso vote a LDO. A proposta foi bem aceita pelo PT, mas rejeitada de pronto por PDT e PMDB.

“Nós podemos votar todas as medidas provisórias esta semana e deixar a LDO e o Orçamento para a próxima”, propôs Inocêncio diante da ameaça petista de obstruir as votações até que o Congresso delibere sobre as matérias orçamentárias. “Defender o não pagamento de uma convocação extraordinária agora é pura demagogia eleitoral do PT”, atacou o líder

petetista, Luiz Salomão (RJ). Salomão sustenta a tese de que a discussão é inócua até porque o governo baixará várias medidas provisórias para implantar o Plano Real até o dia 30. E argumenta que aí também o Congresso estará automaticamente convocado para apreciar as MPs, sem que isto implique em salários adicionais para parlamentares e funcionários.

Irritado, o líder do PMDB na Câmara, Tarcísio Delgado (MG), também propôs acabar com o jogo de cena: “Defendo que votemos tudo o que estiver pronto para ser votado. Se tiver que pagar, que se pague”.